RESENHA

DOI:10.4025/percurso.v6i2.24826

SANTOS, Jean Carlos Vieira. **Região e destino turístico**: sujeitos sensibilizados na Geografia dos lugares. São Paulo: Allprint, 2013.

Marcio Roberto Ghizzo

Doutor em Geografia e professor da UTFPR e integrante do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização- NEMO/UEM. E-mail: marcioghizzo@gmail.com

Vitor Hugo Ribeiro

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá e integrante do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização. Bolsista PDSE. E-mail: vitor.vhr@hotmail.com

Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na Geografia dos lugares é o último livro produzido por Jean Carlos Vieira Santos, professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Este trabalho foi publicado pela Allprint Editora (São Paulo) e aborda as seguintes temáticas: Categoria de análise geográfica região (1º capítulo); Por outras vertentes da categoria região – o destino turístico (2º capítulo); Experiência da política de estado na organização da atividade turística – o caso Algarve (3º capítulo); e Criação de novos destinos turísticos no Brasil – o caso do estado de Goiás (4º capítulo).

Este livro trata das possibilidades de o turismo local e regional existir a partir das políticas públicas. O autor procura desvendar as várias lógicas dessas políticas no Brasil, principalmente a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Ele problematiza a valorização das diversidades regionais com a criação de regiões turísticas, trazendo para o debate comparativo os exemplos de Portugal, na Europa.

No primeiro capítulo, aborda-se o conceito da categoria geográfica região, com a finalidade de resgatar, discutir e compreender esse conceito e a sua aplicabilidade para a produção do espaço e a organização da atividade turística, seja por meio do Estado ou da sociedade civil. Pode-se dizer, então, que o autor segue a noção de região para entender como o Estado, a partir desse conceito, se torna agente da regionalização, organizando, desorganizando e rearranjando os mapas regionais, fundamentado no sistema de mercado atual para mostrar como o espaço se reproduz de forma desigual.

Para entender o conceito de turismo na perspectiva regional, a obra demanda uma incansável busca por um olhar espacial mais abrangente, frisando os elementos enunciados, as abordagens teóricas complexas e os diferentes caminhos de análise. Defende-se, pois, a ideia de que a região turística pode ser compreendida a partir dos conjuntos de “lugares” onde os visitantes se fazem presentes. Todo território em que houver a presença do turista, ainda que solitário ou aventureiro, pode ser considerado um lugar apropriado para a prática social do turismo. Dessa forma, o visitante é quem diferencia a região turística de outras regiões.

O objetivo principal do segundo capítulo é trazer uma abordagem teórica, com foco no conceito destino turístico. Nesse contexto, apresentam-se os lugares frequentados por turistas e os vários elementos socioespaciais e culturais com suas diferentes formas de usos e apropriações, mas sem esquecer que nem toda localidade congrega atrativos suficientes para se desenvolver como destino de recepção, dependendo, por vezes, de se trabalhar com os existentes em seu entorno.

Por conseguinte, desenvolve-se uma análise centrada no conceito destino, pois, assim como a região turística, o destino também pode ser associado a diferentes lugares com meios de hospedagem, infraestruturas de serviços voltados para o lazer e turismo, produtos exóticos desejados por turistas, patrimônios materiais e imateriais, enfim, atrativos culturais e naturais valorizados economicamente pela atividade. Neste trabalho de cunho geográfico, tal discussão vem ampliar e intensificar o debate sobre a interação da categoria de análise região com o conceito de “destino turístico”.

De acordo com o autor, a região, a área ou o espaço definido como destino, para a Geografia, não perde a sua dimensão espacial humana. É também um espaço fundamental à vida dos homens e onde ocorrem as sensibilizações e sociabilidades dos sujeitos, por meio de práticas

cotidianas, redes sociais diversas e formas de vidas que são componentes primordiais no ordenamento regional, uma vez que os destinos turísticos se organizam de acordo com as infraestruturas e os atrativos turísticos oferecidos pelos lugares.

Nessa vertente surge a preocupação no que concerne à gestão dos destinos e ao monitoramento permanente, aportando no modelo de Gunn (2002) com suas principais partes geográficas de uma região turística. É uma relevante contribuição da obra, pois destaca que as competências turísticas se relacionam com a ordenação local dos territórios e a criação de infraestruturas e equipamentos turísticos, em que há a concessão de licenças e alvarás de construção, com a propriedade e proteção dos atrativos naturais e patrimoniais, a promoção dos lugares, a autoridade inspetora e a criação de impostos especiais.

No terceiro capítulo, compreende-se como as políticas públicas de Portugal agem no processo de regionalização dos lugares turísticos. Vale ressaltar que é de responsabilidade do poder central assegurar um quadro descentralizado de atuação no âmbito do turismo, com o envolvimento das Câmaras Municipais, dos “Órgãos Regionais e Locais do Turismo” e das Direções Regionais do Ministério da Economia, em plena consonância com o previsto nas várias leis que regem a participação dessas entidades no âmbito das atividades turísticas.

Como estudo de caso, o livro apresenta a região Algarve no sul de Portugal, um destino turístico maduro, uma região secular, com espaços e heranças deixadas por diversos povos, com suas formas e materialidades distintas ao longo dos tempos. Entre as civilizações mais antigas, destacam-se os romanos e os árabes, sendo os últimos responsáveis pelo nome regional Algarve, cuja denominação *Al-Gharb* significa Ocidente. Outro fator na construção espacial é que somente em meados do século XIII essas terras foram incorporadas a Portugal, constituindo a última fronteira continental a ser absorvida pelo país.

Em seu quarto e último capítulo, a obra traz uma reflexão sobre a importância das políticas públicas de turismo no Brasil, que foram negligenciadas ao longo dos tempos, sobretudo por parte dos poderes públicos que tinham a responsabilidade de criá-las e implementá-las. Nesse processo é analisado o mandato do governo Lula, quando foi criado o Ministério do Turismo (MTUR). Nesse novo ordenamento proposto pelo Ministério do Turismo, a obra traz como estudo de caso o estado de Goiás e as responsabilidades da Agência Goiás Turismo, sublinhando que o papel dessa agência goiana de turismo é trabalhar para aproximar os interesses turísticos,

unindo os objetivos comuns dos governos federal, estadual e municipal, da iniciativa privada e de instituições que atuam na atividade turística.

No trabalho teórico empírico realizado na região goiana, o pesquisador constantemente indagou-se a respeito das políticas públicas, centralizando os seus estudos a respeito das ações e reações dos dirigentes locais. Também não deixou de analisar como os sujeitos interpretam as políticas governamentais e articulam estratégias visando captar parte dos recursos voltados para o turismo nesses espaços.

Esta obra proporciona um importante contributo para o conhecimento turístico em torno da problemática da intervenção do Estado na definição de políticas públicas em contexto regional. Estamos assim em presença de um trabalho que, pela relevância do tema abordado, importa ser amplamente divulgado e discutido, sendo que as suas propostas devem ser objeto de atenção de todos os interessados no fenômeno turístico.

Enviado em 01/09/2014

Aceito em 07/09/2014